

## **O brincar como subsídio à aprendizagem na educação infantil**

### **Playing as a subsidy to learning in early childhood education**

---

*Lilian de Campos Marinho Cruz*

DOI: [10.47573/aya.5379.2.96.6](https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.96.6)

## RESUMO

Este estudo refere-se a pesquisas realizadas diante a temática Educação Infantil e o brincar. Tem como objetivo discutir o brincar na Educação Infantil como processo inerente ao aprendizado das crianças. Metodologicamente se refere a uma pesquisa de cunho bibliográfico, baseada em artigos, teses e dissertações, diretrizes, normas, regulamentos e a Constituição Federal de 1988. Está exposta diante três temáticas: a discussão da conceituação de Educação Infantil e seu processo de implementação como nível de ensino obrigatório; características e diferenças presentes nos termos lúdico, ludicidade e atividades lúdicas; teceu-se a discussão envolvendo o brincar como atividade essencial para o aprendizado durante a Educação Infantil. Com o desenvolver do presente trabalho constatou-se o quanto o brincar refere-se a uma experiência essencial para o aprendizado na Educação Infantil, pois enquanto a criança aguça sua curiosidade, motivada pela experimentação relaciona-se com o outro e com o mundo, desenvolvendo aspectos conceituais, práticos, cognitivo, psicológico e psicomotor.

**Palavras-chave:** educação infantil. o brincar. aprendizagem.

## ABSTRACT

This article refers to research carried out on the theme of Early Childhood Education and playing. It aims to discuss playing in Early Childhood Education as a process inherent to children's learning. Methodologically, it refers to a bibliographic research, based on articles, theses and dissertations, guidelines, norms, regulations and the 1988 Federal Constitution. compulsory education; characteristics and differences present in terms of play, playfulness and recreational activities; a discussion was woven involving playing as an essential activity for learning during early childhood education. With the development of this work, it was found that playing refers to an essential experience for learning in Early Childhood Education, because while the child sharpens their curiosity, motivated by experimentation, they relate to the other and to the world, developing conceptual, practical, cognitive, psychological and psychomotor aspects.

**Keywords:** child education. play. learning.

## INTRODUÇÃO

Sabendo do contexto complexo em que se finda a aprendizagem relacionada à Educação Infantil, a ludicidade ganha destaque, por vezes entendida em um sentido simplista pela relação às brincadeiras por si só. De certo modo vários ambientes escolares ainda privilegiam o conteúdo ao invés da interação pelo descobrimento do meio social. O brincar na Educação Infantil refere-se ao propulsor da aprendizagem, sendo subsidiada pela compreensão do professor sobre o educando, diante suas limitações e capacidades, trazendo à tona questões que ultrapassam o preconceito.

Compreende-se que a presente temática se torna essencial diante seu campo de desenvolvimento, já que muitos profissionais e familiares ainda tem desprestigiado o brincar como processo de aprendizagem. Na Educação Infantil, os alunos não brincam somente, mas constroem significados pelo engajamento criado e manuseado em sua diversão e curiosidade. Desvendar o

mundo se torna o principal motivador e, para isso constrói princípios tanto na relação com o outro quanto na experimentação.

Nesse sentido, a pesquisa caminha problematizada pela seguinte questão: Em quais aspectos o brincar pode se tornar propulsor para a aprendizagem? O brincar por si só já se faz aprendizagem? A discussão envolve-se na importância em que o brincar toma corpo e forma na infância enquanto faixa etária e, na Educação Infantil enquanto nível de ensino obrigatório disposto entre creche (0 a 2 anos e 11 meses) e pré-escola (3 a 5 anos)

Como objetivo geral: Discutir o brincar na Educação Infantil como processo inerente ao aprendizado. Dentre os objetos específicos: i) Analisar a constituição da Educação Infantil diante diretrizes, normas e regulamentos, bem como sua discussão na Constituição Federal de 1988; ii) Conceituar e diferenciar lúdico, ludicidade e atividades lúdicas diante o brincar pelas crianças; iii) Discutir a relevância do brincar como atividades lúdicas para a Educação Infantil.

Metodologicamente este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, natureza exploratória e descritiva: apresentação e discussão baseando-se na literatura existente. O material utilizado para análise baseou-se em artigos, teses e dissertações, diretrizes e normas, além de referenciais que podem ser acessados em sites renomados na área. Tal metodologia é respaldada por Fiorentini e Lorenzato (2012), descrevendo que a pesquisa bibliográfica, é aquela que se desenvolve por meio da análise da literatura.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS DIRETRIZES

A Educação Infantil refere-se a uma modalidade de ensino que atende crianças de 0 a 5 anos, ambientes de ensino ofertados em creches e pré-escolas que visam a partir da experimentação, das brincadeiras, da ludicidade propiciar um ambiente satisfatório para que possam exercitar suas mais diversas capacidades, como cognitivas e motoras, bem como conviver com outras crianças e adultos estabelecendo relações sociais e o respeito pelo outro. A brincadeira se torna o ponto primordial para a descoberta do mundo e as aprendizagens.

Compreender a Educação Infantil nesse sentido como nível de experimentação e descoberta inerente a ludicidade, faz-se necessário discutir a forma como as políticas públicas por meio de suas diretrizes para nortearem esse nível de ensino. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o período anterior ao Ensino Fundamental, denominado, por volta de 1980 como “educação pré-escolar” era independente e desvinculado dos sistemas formais de ensino. Esse período de aprendizagem era tido como responsabilidade de instituições de ensino informal e não formal, como a família, a igreja, as comunidades sociais, entre outras. A criança teria acesso a uma instituição formal somente a partir de 5 - 7 anos.

O convívio da criança a outras pessoas eram subsidiados principalmente pelo seio familiar. Conforme Kramer (1993) *apud* Cipriano; Moreira (2016) é datada a existência de um documento/decreto relativo à Educação Infantil de 26 de novembro de 1947, tratando-se sobre as escolas maternas e jardins de infância, mas compunha uma regulamentação que ordenasse sua vigência na época. O cenário diante a Educação Infantil só passa a ganhar destaque e cuidados com a Constituição Federal de 1988, que além de prever prestação de assistência à criança (art. 7º, XXV; art. 203, I e II; e art. 227, § 7º), bem como os deveres que devem ser exercidos pelo Es-

tado, família e sociedade (saúde; programas assistenciais; deficientes; direito a proteção especial; abuso, violência e exploração sexual; adoção; recursos – art. 227) deixa evidente o período em que a criança terá acesso à educação infantil, sendo atendidas em creches e pré-escolas até os cinco anos. Nesse engaje, a Educação Infantil passa então a ser obrigatória:

Entretanto, embora reconhecida como direito de todas as crianças e dever do Estado, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/200926, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. (BRASIL, 2018, p. 32).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB em 1996 visando ordenar e organizar a educação como reflexo da Constituição Federal de 1988, sendo, portanto, baseada em seus princípios, agrupando a Educação Infantil ao Ensino Fundamental e este último sendo acessado por crianças a partir de seis anos. Nesse sentido a Educação Infantil passou a atender crianças de 0 a 5 anos e seu ensino sendo desenvolvido baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atualmente:

[...] os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDB (1996), as escolas possuem certo tipo de autonomia referente aos conteúdos desenvolvidos nos diversos tipos encontrados na educação básica. Esse processo permitiu que as instituições de ensino adequem às suas peculiaridades sociais, culturais e econômicas um ensino que esteja de voltado à realidade das crianças. “Brincadeiras fazem parte do patrimônio cultural, traduzindo valores, costumes, forma de pensamentos e gerando aprendizagem, para isso o educador deve traçar objetivo e metas a serem alcançados, assim como regras a serem respeitadas.” (MODESTO; RUBIO, 2014, p. 4). A universalização curricular quando seguida rigorosamente pode comprometer o significado encontrado no contexto das crianças, preparar-se para a cidadania se faz possível a criticidade do ambiente em que se convive.

A BNCC compõe-se por direitos de aprendizagem e campos de experiências referentes a Educação Infantil (bem como dos outros níveis de ensino da educação básica). Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento são: “Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar; Conhecer-se. Os campos de experiência (crianças aprendem a se desenvolver) são: “O eu, o outro e o nós. Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.”.

As creches, por exemplo, possuem critérios, dentre eles o direito à brincadeira, à atenção individual, a um ambiente acolhedor, seguro e estimulante, ao contato com a natureza, a higiene e à saúde, a uma alimentação sadia, a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão, ao movimento em espaços amplos, à proteção, ao afeto e à amizade, a expressar seus sentimentos, a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche, a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa. (CAMPOS; ROSEMBERG, 2009).

A criança de fato passa a ganhar destaque, sendo alvo de diversas correntes pedagógicas e pesquisas em diversas áreas de conhecimento, vários estudos atualmente têm se dedicado a analisar os princípios de aprendizagem e as dificuldades que em muitos dos casos surgem por implicações sociais que limitam a performance da criança. Aos poucos foram sendo

visionadas e constituídas novas conceituações à criança, por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, conceituam a criança como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Segundo Pipino (2011) tem-se a necessidade de uma adaptação diante a junção da escola com a família, não se referindo a uma transferência de responsabilidades, para que ambas possam compartilhar valores. A família transfere valores específicos do seio familiar e a escola apresenta a diversidade enfatizando a pluralidade e o respeito. Conforme as DCNEI (2009), em seu Artigo 9º, aponta os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil, que se relacionam tanto com as interações sociais como com as brincadeiras, apropriando-se de conhecimentos oriundos de diversos tipos de práticas e materiais concretos, de forma coletiva ou individual. A brincadeira tem sido presente nesse processo de aprendizado. Várias pesquisas apontam a essencialidade da ludicidade para o desenvolvimento na Educação Infantil.

## LÚDICO, LUDICIDADE E ATIVIDADES LÚDICAS – O BRINCAR

A palavra ludicidade é oriunda da palavra lúdico que conforme Santos (2012) é de origem do latim *ludus* e significa brincar. “Brincar é uma atividade que facilita o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico, estimula o desenvolvimento intelectual, possibilita as aprendizagens. (MODESTO; RUBIO, 2014, p. 2). De acordo com Santos (2012) as atividades lúdicas surgiram como uma nova forma de trabalho diante a aquisição de conhecimentos em seus diferentes modos, além de favorecer a interdisciplinaridade, diversos costumes, valores e experiências agrupadas às atividades compartilhadas pelos sujeitos.

Ludicidade refere-se qualidade do agir mediante recursos lúdicos. O brincar reflete mais que atividades de lazer, pois enquanto a criança brinca, descobre, experimenta, descobre e se diverte. A alegria em desempenhar atividades que gosta e aguçar sua curiosidade é a propulsão para assimilar e compartilhar saberes e fazeres que vão se transformando conforme vai descobrindo o mundo, sem intencionalidade. “Antes de o ser humano se tornar Homo Sapiens - um ser pensante, e, Homo Faber – aquele que faz, ele se constitui como Homo Ludens – um ser lúdico, que brinca, joga e interage de forma lúdica conforme a sua realidade.” (HUIZINGA, 2014 *apud* AGUIAR; VIEIRA; MAIA, 2018, p. 65).

Já ludicidade seria a consequência do lúdico, sua ação (SANTOS; CRUZ, 2001). Ludicidade é associada às maneiras de desenvolver a criatividade, a imaginação, os jogos, as brincadeiras, as danças e as múltiplas práticas e linguagens, envolvendo o ser humano, propiciando a este sujeito à vivência e “experiência plena” diante da ludicidade (LUCKESI, 2000, p.21). (AGUIAR; VIEIRA; MAIA, 2018, p. 65).

O brincar, envolver-se na ludicidade permite que a criança experimente as mais diversas situações, inconscientemente sendo preparada para a atuação na sociedade. Respeitar o outro, seguir regras, ter responsabilidades, trabalhar cooperativamente, a ajuda mútua, são valores necessários a qualquer sujeito e são formados mediante o brincar da criança, justifica, portanto, que o brincar não se refere a situações ao acaso, a atividades de lazer, mas um constante aprendizado sobre o mundo e sobre o outro.

O lúdico é tido como elemento essencial para o desenvolvimento de diversas habilidades e, principalmente na percepção infantil, já que se relaciona a uma dimensão humana imbuída de sentimentos de liberdade, bem como espontaneidade. O lúdico abrange tamanha espontaneidade que produz atividades “[...] desprentensiosas, descontraídas e desobrigadas de toda e qualquer espécie de intencionalidade ou vontade alheia. É livre de pressões e avaliações”. (SANTOS, 2012, p. 3).

A liberdade em se expressar e ouvir o outro, participar de momentos prazerosos e aceitos pela criança, permite que produza diversas emoções, contemplando suas escolhas e o resultado delas. Vivenciando sua liberdade de forma prática, criativa e curiosa. O significado que a imaginação compactua favorece a leveza e heterogeneidade das situações que vão sendo criadas e vivenciadas de forma fictícia, a imaginação toma corpo e a brincadeira ganha sentido, não somente em uma realidade imediata para a criança, mas na sua capacidade de criar, reformular, questionar e posicionar-se.

A espontaneidade presente na ludicidade permite que variadas atividades possam ser criadas abarcando diferentes emoções. Satisfaz a criança, pois possibilita trabalhar com materiais concretos, manuseando e comparando com sua realidade, montando, agrupando etc. Sua finalidade é de fato promover prazer durante a brincadeira, já que esta última auxilia no desenvolvimento cognitivo, bem como na interação entre os colegas. (SANTOS, 2012). A autora ainda aponta que o lúdico induz a criança a aflorar sua imaginação, misturando realidade e fantasia. A descoberta de outros mundos pela criança é subsidiada pela brincadeira, por mais que por vezes a criança se conecte a um universo inexistente, porém para ela conveniente.

Para Luckesi (2000, 2005a, b), ludicidade é um estado interno do sujeito que vivencia uma experiência de forma plena, é sinônimo de plenitude da experiência – considerando aqui “plenitude da experiência” como a máxima expressão possível da não divisão entre pensar/ sentir/ fazer. Segundo ele, a ludicidade não está diretamente relacionada a jogos e brincadeiras – embora nestas atividades comumente se vislumbre a ludicidade: como brincar de “cacique”, “baleado”, “escravos de Jó”, se nosso corpo, nossa mente e nossa emoção não estiverem presentes no momento em que as estamos vivenciando? A ludicidade está, sim, relacionada à atitude interna do indivíduo que experimenta uma experiência de integração entre seu sentir, seu pensar e seu fazer. (ANDRADE; SILVA, 2015, p. 102).

Para Aguiar, Vieira e Maia (2018) a atividade lúdica envolve ações da ludicidade, conduzindo a experiência e vivência. O sujeito diante a atividade lúdica desenvolve-se mediante aspectos sociais, cognitivos e emocionais. Os autores, ao destacarem a atividade lúdica nas suas mais diversas expressões acrescentam parafraseando Maia (2014, p. 110) “[...] instrumento mediador para apropriação de diversos hábitos e saberes curriculares”. Nesse sentido o espaço escolar toma forma e corpo, como mais uma instituição social que valoriza o brincar.

O momento lúdico pode ser aperfeiçoado no ambiente escolar, onde o educador pode promover cenários para que a criança integre seu sentir, pensar e fazer nas atividades pedagógicas. “O lúdico na Educação Infantil deve ser trabalhado desde cedo com a criança, pois eleva seu potencial a desenvolver mais rápido a aprendizagem [...] facilita e auxilia o entendimento para um despertar de um novo mundo” (SANTOS, 2012, p. 6). As brincadeiras referem-se a desafios que são postos ao sujeito diariamente, lidar de forma ética permite a construção de valores sociais.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL, LUDICIDADE E APRENDIZAGEM

Até o momento discutimos a presença de valores marcantes nas brincadeiras, mais que atividades de lazer ou tidas ao acaso, representam um processo formativo necessário a qualquer criança, pois experienciar o mundo, as relações sociais e as situações permitem a construção de capacidades que o exercício da cidadania requisita. As brincadeiras tidas como situações de aprendizado podem ser contempladas diante os ambientes formais de ensino, como as creches e as pré-escolas que atendem crianças até os cinco anos, claro que as atividades lúdicas não se limitam a Educação Infantil, mas em qualquer nível de ensino ou setor da sociedade.

Diferentemente dos outros seres vivos, a vida humana é permeada por recursos cognitivos e biológicos que possibilitam a interação social e que transcende a aprendizagem por meio da compatibilização de comportamentos envolvidos no fazer/saber de cada sujeito, esse dinamismo ocorre ainda por processos intelectuais, emocionais e sociais (OLIVEIRA, 2010). Permite que possamos nos envolver e considerar novas situações, lidando com elas de diferentes formas, implicando uma série de experiências e perspectivas sobre a vida, construindo assim novos saberes e fazeres, valores e tradições, momentos como esses são fundamentais durante a infância, e o descobrimento nesse nível etário se desenvolve pelo brincar.

O brincar na Educação Infantil também é chamado de atividades lúdicas, principalmente porque não se dão ao acaso, mas vinculadas a objetivos de aprendizagens que extrapolam os conteúdos. De acordo com Oliveira (2010) atividades lúdicas na infância representam mais que brincadeiras, os divertimentos infantis. Convive-se com a necessidade da desconstrução da concepção pelos pais da brincadeira como perda de tempo, direcionando seus olhares para tais tipos de atitudes de forma mais complexa e criteriosa, pois representam situações que oportunizam a criação de hábitos e atitudes nas crianças, favorecendo seu desenvolvimento e, conseqüentemente seu amadurecimento, vinculando a participação na comunidade social.

Fantasiando a realidade consegue estabelecer complementações que a permitem desvincular imaginação de realidade, aperfeiçoando inconscientemente as experiências com esta última. “Assim, o jogo, a brincadeira, o lazer enquanto atividades livres, gratuitas são protótipos daquilo que representa a atividade lúdica e longe estão de se reduzirem apenas a atividades infantis.” (SANTOS, 2012, p. 4). O mover da criança sobre o espaço é carregado de significado, suas atitudes são construídas pelo aprendizado que se concretiza pouco a pouco.

Conforme Marques (2017) as atividades lúdicas despertam a imaginação, tornando-se uma ferramenta pedagógica essencial subsidiada pela interdisciplinaridade, estimulando as relações interpessoais. Segundo a autora, o educador precisa conhecer alguns jogos no intuito do enriquecimento de sua prática, dentre eles:

Jogos de exercício sensório-motor: fazendo movimentos de jogar beijos com a mão, movimentando os pulsos para os lados, fazendo gestos de adeus, e movimentar os pulsos como um limpador de pára-brisas. Jogos simbólicos (exploram a discriminação auditiva, a coordenação motora e a orientação temporal): manipulando objetos que provocam ruídos, batendo, sacudindo, amassando, apertando, utilizando latinhas contendo pedras, dançando sucessivamente seguindo o estímulo sonoro, músicas e cantos, ritmos lentos ou rápidos. Jogos de regras (coordenação motora ampla, orientação espacial, discriminação auditiva e atenção): queimada, amarelinha, vôlei, dentre outros. (MARQUES, 2017, p. 11).

Essa variedade de jogos é constituída por atividades evidentemente sociais por serem determinados pela presença de um parceiro e regulamentos definidos, sendo, portanto, de caráter

ter organizado e cooperativo como fonte de socialização e respeito mútuo. Vários aspectos constituem as atividades lúdicas: conceituais, práticos, cognitivo, psicológico e psicomotor, potencializando emoções e ações. (MARQUES, 2017). A LDB, n.º 9.394/96 em seu Artigo 29, manifesta que: “A educação infantil, [...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Para Modesto e Rubio (2014) os aspectos conceituais, práticos, cognitivo, psicológico e psicomotor se desenvolvem da seguinte forma: diante o fisiológico e o motor, o brincar subsidia o gasto de energia, além da aquisição de habilidades para o aprimoramento na idade adulta, diante o desenvolvimento dos músculos, da motricidade e da força. Diante o aspecto social, as autoras descrevem que o brincar permite a interação, a observação, bem como a compatibilização de comportamentos e, do ponto de vista sociológico, as atividades lúdicas sugerem o entendimento da realidade.

Sendo assim, para que a criança consiga de fato se desenvolver e interagir com o mundo a sua volta, precisa experienciar, construir novas atitudes e perspectivas que por vezes são condicionadas pelas brincadeiras, pelos jogos, pela diversão, sendo então fundamentais em seu aprendizado. O mover-se nesse processo se dá de forma involuntária e não diretiva, na qual a criança diante a autonomia que lhe é propiciada experiencia o seu meio com liberdade e imaginação.

Por mais que o ser humano já se constitua um ser propício à aprendizagem, a criança anseia as brincadeiras como forma de inserção no seu meio social e a construção de conhecimento. Como destacamos, Bacelar (2009) parafraseando Piaget, complementa que o processo de aprendizado de crianças desenvolvido nas brincadeiras é mais prazeroso ao momento em que lhes são consideradas todas as suas particularidades (emoções, atitudes, necessidades), a troca entre educador e educando, portanto, facilita a aprendizagem.

Para Jean Piaget, o intelectual não pode ser separado do físico, nesse sentido não há como haver aprendizado se não existe um funcionamento como um todo do organismo. A atividade lúdica passa a representar o processo diante o desenvolvimento das atividades intelectuais da criança Para Levy Vygotsky o sujeito se constitui na relação com os outros em contextos sociais específicos, as crianças nesse contexto que se tornam capazes de transformar situações imaginárias uma experiência social. Sigmund Freud aponta que o brincar reproduz os sentimentos das crianças, pois expressa além da sua imaginação as suas angústias, se constituindo pela representação da realidade. Friedrich Froebel fora o primeiro pedagogo a incluir o jogo no ambiente escolar, crendo no aperfeiçoamento da personalidade diante essa estratégia de ensino. Reflexo de uma pedagogia da ação. (MODESTO; RUBIO, 2014).

A criança reconhece quando lhe é dada abertura para posicionar-se e isso só será de fato natural quando confia na posição respeitosa do outro que o percebe e escuta, pois se assim acontece é devido à importância que atribui a todos os saberes e fazeres que possui. Esse tipo de ambiente só se desenvolve mediante a ação do professor que constitui o ambiente educacional como extensão da sociedade, no qual não trabalha somente conteúdos sistematizados, mas vinculados a realidade.

A escola como espaço que influencia diante a construção e consecução das perspecti-



vas e anseios dos sujeitos, representa uma instituição mais que formativa, mas social, ou social por ser formativa e não somente como um espaço para o treinamento de regras e assimilação de conteúdo. Por possuir um papel tão essencial a vida do educando, cabe a ela mover-se diante medidas para a compreensão e o reconhecimento dos sujeitos que atende para que possa adaptar-se e não o contrário. De acordo com Freire (2013) para que não se lide diariamente com a “expulsão escolar” (para Freire, expressão que substitui “evasão escolar”) é necessário que a escolar não estabeleça normalidades a serem seguidas pelo educando, mas que se reconheça enquanto instituição flexível que prima pelo desenvolvimento de cada educando, não tomando suas especificidades como anormalidades.

Várias diretrizes, como apontadas anteriormente subsidiam essa flexibilidade diante o ambiente escolar, por mais que por vezes não aconteça na prática. Mediante a BNCC (BRASIL, 2018) a qual apresenta uma série de direitos a aprendizagem e desenvolvimento necessários a Educação Infantil, como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se. Direitos estritamente necessários para a ação educativa com crianças, “além de aspectos físicos e motores, aspectos cognitivos, bem como valores sociais, morais, tornando-se cooperativo, sociável e capaz de escolher seu papel na sociedade”. (SPES, 2019), pois o brincar, os jogos “favorecem a superação do egocentrismo, desenvolvendo a solidariedade e a empatia, e introduzem, especialmente no compartilhamento de jogos e brinquedos, novos sentidos para a posse e o consumo” (SANTOS, 2012, p. 7).

Conviver com outras pessoas, conhecer outras culturas, valores, ampliando e diversificando seus conhecimentos, motivada pela diversão, “[...] pode-se dizer que: brincadeira, cultura e conhecimento se contemplam formando uma tríade da infância com o caráter lúdico e significativo” (OLIVEIRA; DIAS, 2017, p. 2). A ação de explorar motiva seu aprendizado, já que o conhecimento é construído pela descoberta, por uma vontade natural que se expressa em suas atitudes, “[...] é por meio da brincadeira que a criança constrói conhecimento sobre o mundo e sobre si mesma. Ao brincar, a criança interage com as pessoas, compartilhando seus valores culturais, éticos e morais” (ABREU *et al*, 2014, p.299),

O modo como cada criança aprende é particular, variando de criança para criança devido a todo o pacote cultural carregado por ela, composto por normas, valores e tradições que desempenham um papel influenciador sobre todas as atitudes da criança, e não menos relacionado à aprendizagem, o significado atribuído ao ensino pela criança diz muito sobre suas experiências, seus saberes e fazeres são expostos inconscientemente. Atividades lúdicas permitem que a criança tenha autonomia frente a situações, tomando decisões, constituindo-se assim um processo livre e natural para a criança.

Por isso se faz tão importante considerar o papel do educador essencial nesse processo, pois, garantir um cenário com propostas satisfatórias aos educandos e permitir que seus valores, tradições, experiências e perspectivas sejam compartilhados e jamais sobrepostos sobre os demais não é de fato uma tarefa simples, como esclarece a BNCC (BRASIL, 2018): “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. (p. 35).

Oliveira (2010) deixa evidente aspectos importantes, como o sentido sério que a criança deposita na brincadeira e que o adulto precisa reconhecer e a autoafirmação diante a presença

do adulto e do pertencimento social que se desenvolve diante princípios que devem ser seguidos pelos cidadãos. Para Lima (2019) o prazer e a motivação despertam o desejo em aprender, a vontade de interação e participação, momentos que a cada momento devem ser mais valorizados pelos adultos, principalmente pelos professores e família do educando.

Nesse sentido, o brincar na Educação Infantil constitui-se como atividade principal porque dela se inicia a participação, o questionamento sobre o mundo, que aos poucos vai sendo desvendado diante a curiosidade e a interação com o outro. O outro passo a ser o companheiro, ouvi-lo e esperá-lo torna-se essencial nas brincadeiras. O respeito é cultivado no brincar. Principais morais e éticos são permeados pelas atividades lúdicas. Os saberes e fazeres de cada criança são compartilhados diante suas atitudes e o professor precisa tomar mão das atividades lúdicas nesse nível de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do reconhecimento da Educação Infantil como nível de ensino tenha sido tardio, apresentada somente a partir da Constituição Federal de 1988, conta atualmente com uma variedade de pesquisas e estudos como forma da buscarem cada vez mais satisfação diante a área, buscando compreender como as crianças aprendem e como as estratégias de ensino são essenciais para a construção do conhecimento e para a vida em sociedade. A escola passou a ser reconhecida como uma instituição social que oferece uma educação para a vida, por isso sua responsabilidade a cada momento se torna mais complexa devido a necessidade de sua flexibilidade.

A escola jamais poderá carregar consigo predeterminações dos sujeitos, por exemplo a crença do aluno ideal, mas caminhar nessa flexibilidade procurando entender os educandos e adaptar-se a eles. Estabelecer parâmetros a ser seguidos provoca o não reconhecimento enquanto grupo pelos alunos, além de cultivar entre os próprios alunos o preconceito. A Educação Infantil nesse sentido, deve desenvolver-se buscando trazer à tona as diferenças de cada criança, tomando as como características essenciais de cada sujeito, tomando-as como qualidades e não anormalidades.

As atividades lúdicas por envolverem o brincar como propulsor a aprendizagem refere-se ao principal momento no qual as crianças aprendem sobre a vida, por isso a importância e não deve ser descaracterizado pelos adultos como perda de tempo. No convívio com o outro, desvendando o mundo juntos, a criança constrói saberes e fazeres correlacionados com os seus e com os do outro. A cultura vai tomando corpo e forma, a vida em sociedade vai se constituindo.

Enquanto a criança brinca, convivi com outras crianças e adultos, explora o mundo a sua volta, conhecem coisas novas, as quais nem imaginava existir, participando das brincadeiras e das relações sociais se expressa nos seus modos. Enfim, ocorre todo um processo necessário para que de fato o aprendizado seja construído pela criança. Ao ver o outro, perceber as diferenças existentes, o respeito que deve ser preestabelecido, o compartilhamento de experiências e as perspectivas evidentes em suas atitudes. Papel fundamental é o do educador, promover cenários em que a criança tenha essa liberdade de experienciar, de jogar, brincar, seja livre para se expressar e construa conhecimentos, compreensões do mundo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Aline. *et al.* A Ludicidade no Desenvolvimento da Criança: uma experiência de iniciação científica. Revista Margens Interdisciplinar. Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Abaetetuba - Editora Campus de Abaetetuba, 2014.
- AGUIAR, Jonathan Fernandes de; VIEIRA, Camila Nagem Marques; MAIA, Maria Vitória Campos Mamede. Lúdico, Ludicidade e Atividade Lúdica: diferenças e similaridades. In: Qualidade e políticas públicas na educação 4 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.
- ANDRADE E SILVA, Dulciene Anjos de. Educação e ludicidade: um diálogo com a Pedagogia Waldorf. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 101-113, abr./jun. 2015. Editora UFPR.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 10/12/2020.
- \_\_\_\_\_. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009.
- \_\_\_\_\_. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. 1º versão. 2018.
- \_\_\_\_\_. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. D.O. U. Brasília, 23 dez, 1996.
- BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. Ludicidade e educação infantil. Salvador: EDUFBA, 2009.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.
- CARMO, Carliane Portela do. *et al.* A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO. XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. ISSN 2176-1396. 2017.
- CIPRIANO, Laudinéia do Socorro; MOREIRA, Elisângela. IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA PSICOMOTRICIDADE NA PRÁTICA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL. Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. Volume I. Paraná, 2016.
- FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. 3. Ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido [recurso eletrônico] / Paulo Freire. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- LIMA, Alidiane Barbosa de. O lúdico na educação infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras no cotidiano escolar. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Curso de Licenciatura Plena Em Pedagogia, Modalidade à Distância - João Pessoa, 2019.
- MARQUES, Juliana Flausino. A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES LÚDICAS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL. Monografia - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

MODESTO, Monica Cristina; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. A Importância da Ludicidade na Construção do Conhecimento. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

OLIVEIRA, Fabiane dos Santos. LÚDICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR NA APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL. Universidade Candido Mendes - Pós-Graduação Lato Sensu - Instituto A Vez Do Mestre. Araisos-MA, 2010.

OLIVEIRA, Carla Mendes de; DIAS, Adiclecio Ferreira. A Criança e a Importância do Lúdico na Educação. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 13, pp. 113-128 janeiro de 2017 ISSN:2448-0959

PIPINO, Jessyka Crystiane Assunção; MACHADO, Maria Fernanda Furlan; DEJUSTE DE PAULA, Maria Tereza. FAMÍLIA, SUCESSO E FRACASSO ESCOLAR: algumas anotações a partir da literatura. XV Encontro Latino Americano de Iniciação Científica. XI Encontro Latino Americano do Pós Graduação. V Encontro Latino Americano de Iniciação Científica Júnior. Universidade do Vale do Paraíba, 2011.

SANTOS, Jossiane Soares. O Lúdico na Educação Infantil. IV Fórum Internacional de Pedagogia – FIPED. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012.

SPES. O papel das brincadeiras no desenvolvimento infantil. SPES Infantil – Serviço Social da Paróquia São Paulo Apóstolo. PHOMENTA, 2019. Disponível em: <[https://phomenta.com.br/papel-brincadeiras-desenvolvimento-infantil/?gclid=Cj0KCQjw6sHzBRCbARIsAF8FMpUWxmcP34xCOsNBjEqef4dt6uZSLDgBUdf\\_YUWsi4FS0A\\_ZNTu8\\_MaAmjyEALw\\_wcB](https://phomenta.com.br/papel-brincadeiras-desenvolvimento-infantil/?gclid=Cj0KCQjw6sHzBRCbARIsAF8FMpUWxmcP34xCOsNBjEqef4dt6uZSLDgBUdf_YUWsi4FS0A_ZNTu8_MaAmjyEALw_wcB)>. Acesso em: 13/12/2020.